

# Proposta de OE'2019: Onde está o investimento público?



**Manuel  
Reis Campos**

Presidente  
da CPCI  
– Confederação  
Portuguesa  
da Construção  
e do Imobiliário

A Proposta de Orçamento do Estado para 2019, entregue na semana passada no Parlamento, é um documento que não responde às necessidades das empresas do Setor, dos investidores, e muito menos às necessidades de um País, que continua a apresentar níveis de investimento público que não cumpre sequer um patamar mínimo que nos permita aproximar das metas europeias e do imprescindível crescimento sustentado do País. A cumprir o objetivo anunciado, o peso do investimento no PIB deverá apresentar um crescimento face a 2018, mas situa-se ainda a níveis muito reduzidos. A Proposta aponta para 2,3%, valor que é equivalente ao verificado no longínquo ano de 1975, ao mesmo tempo que mantém praticamente inalterada uma carga fiscal excessiva. Recordo que, com a entrada da Troika, o peso do investimento público reduziu-se para valores em torno dos 2% do PIB, recuando mais de 40 anos. É, pois, tempo de repor valores considerados normais a nível internacional, pois sem investimento estaremos sempre a adiar o nosso futuro.

Por outro lado, uma vez mais, o Orçamento limita-se a enunciar investimentos, sem assumir uma calendarização dos projetos a curto, médio e longo prazo, nem a alocação dos meios destinados à sua concretização. Este plano anualizado deveria integrar o Orçamento do Estado para 2019 e ser permanentemente monitorizado, mas é algo que não acontece.

A ausência de medidas específicas para apoiar o

investimento privado é outro dos aspetos que tem de ser evidenciado. Com efeito, a este nível é necessário eliminar os fatores de instabilidade que foram introduzidos nos últimos anos e que põem em causa a capacidade de atrair investidores nacionais e estrangeiros. A conjuntura tem ajudado, em resultado do bom momento do turismo, das baixas taxas de juro e de um posicionamento favorável do nosso País, enquanto destino internacional de excelência, mas estão em causa aspetos conjunturais, pelo que é fundamental assegurar um crescimento sustentado e equilibrado.

Medidas como a eliminação do AIMI, o fim da tributação de stocks de imóveis detidos para venda por parte das empresas do Setor, entre outras, devem ser contempladas neste Orçamento de Estado para dinamizar os mercados do arrendamento e da reabilitação urbana. Se assim não for este não é um Orçamento para as empresas, nem para os investidores.

Estão em causa aspetos que esperamos poderem ser revertidos em sede de discussão da proposta na especialidade. Estamos perante um documento que peca pela omissão e pela ausência de medidas que permitam corresponder aos desafios estratégicos do País e do Setor da Construção e do Imobiliário e que permitam recuperar e manter um quadro de competitividade, estabilidade e confiança para os investidores, e que é absolutamente essencial para que, em 2019, as metas de crescimento possam ser atingidas.